



JORNAL DA ANAMATRA

## CNJ e CSJT

**P. 03.** Eleições CNJ: Anamatra entrega resultado da consulta feita entre seus associados

## Legislativo

**P. 5.** Anamatra lança sétima edição de sua Agenda Político-Institucional na Câmara dos Deputados

## Legislativo

**P. 10.** Associações manifestam preocupação com aprovação de PEC que submete ao Congresso Nacional decisões do STF

## Direito do Trabalho

**P. 14.** CLT completa 70 anos em 1º de maio

Saiba mais sobre a campanha Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado no site [www.sempreaoseulado.com.br](http://www.sempreaoseulado.com.br)



# EMPREGADOS E EMPREGADORES TIRAM DÚVIDAS COM JUÍZES DO TRABALHO

Foto: Arquivo Anamatra




Mais de 140 pessoas esclareceram suas dúvidas sobre direitos trabalhistas na manhã do dia 8 de maio na Rodoviária de Brasília (DF), durante mutirão realizado pela Anamatra. A ação, que faz parte da campanha da entidade “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado”, contou com a participação de nove magistrados, que ficaram de 8h às 12h orientando os cidadãos. Além disso, cerca de 2.400 cartilhas do Trabalhador em Quadrinhos e do Trabalho Seguro e Saudável, publicações da Anamatra, foram distribuídas aos passantes.

“Queremos, com essas ações, aproximar o juiz da sociedade”, conta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, lembrando que Brasília foi a sétima cidade a realizar o mutirão de orientação. “Em matéria de Direito, o melhor é ter informação. E se a pessoa não tem informação sobre seus direitos, não tem como reivindicá-los”, completa o juiz.

O vendedor Gilberto Bezerra de Araújo foi um dos primeiros a receber atendimento. O trabalhador esclareceu dúvidas que tinha a respeito do aviso prévio proporcional, benefício estabelecido em 2011 pela lei 12.506, por meio de proposta inicial da Anamatra junto ao Congresso Nacional. “Achei ótima a iniciativa dos juízes de esclarecer as dúvidas da população. O que eu perguntei, por exemplo, o meu advogado já tinha me dito, mas eu quis vir até aqui confirmar com um juiz”, declarou Araújo.

Já a aposentada Maria Rodrigues, de 79 anos, aproveitou a passagem pela rodoviária para tirar dúvidas para repassar a seus dois filhos, ativos no mercado de trabalho. “Meu filho trabalhou muito tempo numa empresa e quando saiu não recebeu o que lhe era de direito. Agora vou levar estas cartilhas para que ele possa aprender e correr atrás”, disse Maria.

Além de trabalhadores muitos empregadores foram à Rodoviária esclarecer dúvidas com os juízes do Trabalho a exemplo de João Nascimento que quis saber mais sobre os direitos das empregadas domésticas, ampliados após a Emenda Constitucional nº 72. “Saio daqui satisfeito, pois fui orientado em como andar na lei. Acho que todo o trabalhador merece ser respeitado”, afirmou.

Participaram do mutirão os seguintes juízes: Renato Sant’Anna, presidente da Anamatra; Paulo Schmidt, vice-presidente e presidente eleito da Anamatra; Germano Siqueira, diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra; Cléa Couto, diretora de Comunicação da Anamatra; Terezinha Kineipp, diretora de Aposentados da Anamatra; Gilberto Leitão, diretor financeiro da Anamatra; Noemia Porto, presidente da Anamatra 10 (DF e TO); o juiz do Trabalho da 10ª Região Gustavo Chehab; e o ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho Luciano de Castilho. Brasília foi a sétima cidade a receber a campanha da Anamatra, que começou no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, já passou por Salvador (BA), São Paulo (SP), Campinas (SP), Niterói (RJ) e Caruaru (PE) e vai percorrer diversas cidades brasileiras este ano. 

## Expediente

PRESIDENTE:

**Renato Henry Sant'Anna**

(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE:

**Paulo Luiz Schmidt**

(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL:

**Fabício Nicolau dos Santos Nogueira**

(Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

**João Bosco de Barcelos Coura**

(Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO:

**Gilberto Augusto Leitão Martins**

(Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

**Clêa Maria Carvalho do Couto**

(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

E ASSUNTOS JURÍDICOS:

**Vitor Leandro Yamada**

(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

**Germano Silveira de Siqueira**

(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

**Narbal Antônio de Mendonça Fileti**

(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

**André Machado Calvacanti**

(Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

**Valter Souza Pugliesi**

(Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

**Terezinha Célia Kineipp Oliveira**

(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

**Sandra Miguel Abou Assali Bertelli**

(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

**Viviane Maria Leite de Faria** (Amatra 5/Bahia),

**Luciana Paula Conforti** (Amatra 6/Pernambuco),

**Leonardo Ely** (Amatra 24/Mato Grosso do Sul);

SUPLENTE:

**Adib Pereira Netto Salim**

(Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:

**SHS Qd 06 BI E Conj A Salas 602/608**

**Brasília/DF CEP: 70316-000**

NA INTERNET: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)

CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388

[imprensa@anamatra.org.br](mailto:imprensa@anamatra.org.br)

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS

RESPONSÁVEIS:

**Mariana Monteiro** (7859/DF)

**Viviane Dias** (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

**Clarissa Teixeira e Eduardo Neiva Tavares**

## Carta ao Associado



Caro colega,

Escrevo aqui neste espaço pela última vez. Quando o colega ler esse texto, a Anamatra já estará sob a presidência do juiz Paulo Schmidt, embora a presente edição do Jornal Anamatra traga atividades realizadas ainda na gestão da diretoria 2011/2013.

Foram dois anos de intenso trabalho, nos quais contei com a importante colaboração de milhares de juízes do Trabalho de todo o Brasil, meus parceiros de diretoria e do Conselho de Representantes das Amatras. Portanto, meu registro inicial é de agradecimento por todo o apoio durante essa caminhada. Atuamos em todas as áreas em que a Anamatra foi demandada, sem descuidar de nossos assuntos corporativos, em especial a grave questão da política remuneratória da magistratura, ainda por ser equacionada.

Esta edição de nosso Jornal traz também um registro da campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado", na qual pudemos experimentar ainda mais aquilo que nós magistrados trabalhistas vivenciamos diariamente: a proximidade com a sociedade. Muito ensinamos, mas mais ainda aprendemos com cada cidadão atendido. Só em Brasília, em evento conjunto com a Amatra 10 (DF e TO), foram quase 200 atendimentos, muitas cartilhas distribuídas e intensa cobertura jornalística.

O lançamento da 7ª edição da Agenda Político-Institucional da Anamatra, também registrado neste Jornal, demonstra o intenso trabalho da Anamatra, sempre em defesa do direito social de nosso país e também dos direitos e prerrogativas da magistratura brasileira.

Entre as últimas realizações de nossa gestão destaca-se também a consulta feita a base de associados da Anamatra para a escolha dos representantes da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau, cujo resultado foi entregue ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Não podemos deixar de reconhecer que se trata de um avanço democrático no sistema indicação.

Por fim, nosso Jornal também registra os 70 anos de nossa CLT, que devemos celebrar e comemorar, mas em constante vigília. A bandeira da defesa dos direitos trabalhistas jamais deixará de ser empunhada pelos magistrados do Trabalho, bem como a permanência desses valores como fundamentais e centrais de nosso Estado Democrático de Direito.

Desejo aos colegas da nova diretoria, gestão 2013/2015, uma gestão repleta de sucesso. Tenho toda a certeza de que as bandeiras de luta da Anamatra, corporativas ou sociais, continuarão sendo empunhadas com muito trabalho e dedicação.

Vamos em frente.

**Renato Henry Sant'Anna**

Presidente da Anamatra – Gestão 2011/2013

## ELEIÇÕES CNJ: ANAMATRA ENTREGA RESULTADO DA CONSULTA FEITA ENTRE SEUS ASSOCIADOS



Foto: Ascom/TST

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, esteve no dia 7 de maio com o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na ocasião, o magistrado entregou ao ministro ofício informando sobre a composição das listas tríplices para os representantes da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, o secretário-geral, Fabrício Nogueira, e os juízes André Luiz Machado (Amatra 6/PE) e Ana Paula Scavuzzi (Amatra/BA), dirigentes eleitos para o biênio 2013/2015, também participaram da audiência.

As listas são resultado da consulta feita entre os associados da Anamatra por meio do Espaço do Associado (área restrita do site da Anamatra), da qual participaram 588 juízes do Trabalho. Ao todo 16 magistrados de 2º grau e 33 de 1º grau compõem a lista do TST, cujos nomes e suas respectivas regiões ficaram disponíveis para receber votos dos associados da Anamatra. A lista da Anamatra é composta dos seguintes magistrados: 1º grau - João Alberto de Almeida da 3ª Região, Bráulio Gabriel Gusmão da 9ª Região e Firmino Alves Lima da 15ª Região. Já entre os magistrados do 2º grau estão os juízes Sérgio Pinto Martins da 2ª Região, Flávio Portinho Sirangelo da 4ª Região e Vicente José Malheiros da Fonseca da 8ª Região. Esta é a quarta vez que a Anamatra realiza a consulta, a exemplo do que foi realizado nos anos de 2007, 2009 e 2011.

“A consulta da Anamatra a sua base de associados foi muito importante para validar e incentivar a participação democrática dos magistrados do Trabalho quando da escolha de seus representantes no CNJ”, afirma o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna. O magistrado lembra que o presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, quando de sua visita ao Conselho de Representantes da Anamatra, indicou que levaria em conta a consulta feita pela Anamatra. “Temos que reconhecer que se trata de um avanço democrático no sistema de escolha”, completa.

### 70 ANOS

Na ocasião, ainda, o presidente do TST entregou aos magistrados medalha alusiva aos 70 anos da CLT, bem como selo comemorativo.


# PRESIDENTE DA ANAMATRA DEBATE REGRAS DE CONCURSO PARA A MAGISTRATURA



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 7 de maio, no Conselho da Justiça Federal (CJF), do seminário Regras de Concurso para Magistratura. O magistrado foi um dos debatedores do painel "Exame Psicológico e Avaliação Social", que contou também com a participação da juíza do Trabalho na 3ª Região Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt e do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Geraldo Francisco Pinheiro Franco.

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o seminário reuniu representantes dos diversos tribunais do Brasil para propor resolução, que deverá substituir a de nº 75, editada pelo CNJ em maio de 2009, para regulamentar os concursos públicos para juiz. As alterações do normativo foram propostas por grupo de trabalho presidido pelo conselheiro Lucio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas. A minuta de resolução foi enviada, por ofício, a todos os tribunais e também à Anamatra.

"A iniciativa do CNJ, através do seu conselheiro Lucio Munhoz, é oportuna, afinal estamos tratando de definir, via seleção, o perfil da magistratura do futuro," lembra o presidente. A minuta da resolução ficou disponível no Espaço do Associado, área restrita do site da Anamatra, para receber sugestões dos associados. 

**"A iniciativa do CNJ, através do seu conselheiro Lucio Munhoz, é oportuna, afinal estamos tratando de definir, via seleção, o perfil da magistratura do futuro"**

**Renato Sant'Anna,**  
presidente da Anamatra

# ANAMATRA LANÇA SÉTIMA EDIÇÃO DE SUA AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL



Foto: Arquivo Anamatra

A Anamatra lançou na tarde do dia 23 de abril, na Câmara dos Deputados, a sétima edição de sua Agenda Político-Institucional. A publicação foi desenvolvida como um instrumento de informação destinado às entidades participativas do debate público, reunindo um panorama das ações desenvolvidas pela Associação e demonstrando o pensamento e posição política da Anamatra a respeito dos temas destacados por todas as esferas do Governo e, em especial, no que tange o Judiciário brasileiro.

“A Agenda é prova de que a magistratura brasileira e a Justiça do Trabalho têm muito a contribuir para a sociedade e para o trabalho do Parlamento. Os juízes do Trabalho não têm medo de mostrar as suas ideias. Estamos dispostos ao diálogo. Trata-se de um documento histórico para mostrar que os juízes do Trabalho têm coerência com a história e os princípios do Direito do Trabalho”, declarou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. Diversos membros da diretoria da Anamatra e das Amatrás também compareceram ao lançamento. A solenidade foi marcada por discursos de parlamentares que enxergam na Agenda-Política um instrumento de trabalho importante para o debate de temas caros à sociedade brasileira. “Não é fácil buscar fazer justiça em um país com tantas desigualdades como o Brasil. Recebo esta agenda como uma importante contribuição para que possamos ter uma relação de trabalho com dignidade, que é o que os juízes do Trabalho fazem”, declarou o presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), deputado Roberto Santiago (PSD-SP).

O presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP), deputado Lincoln Portela (PR-MG), também parabenizou a iniciativa da Anamatra. “Nossa Comissão está sempre à disposição para juntos conseguirmos um Brasil melhor para todos. Precisamos de uma nação onde a justiça seja feita efetivamente”, declarou. “Trata-se de uma publicação importante não apenas para o Parlamento, mas para toda a sociedade brasileira”, afirmou o deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), também da CLP.


“Cansamos de ver aqui na Câmara a disputa de interesses dos que representam diversos segmentos e muitas vezes vemos faltar a defesa do Direito do Trabalho. É fundamen-

tal que aqueles que o defendem estejam aqui presentes. Agradecemos à Anamatra o compromisso na luta em defesa daqueles que não conseguem fazer a sua voz ser ouvida”, completou Alessandro Molon (PT-RJ), da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Também membro da CCJ, o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) afirmou que a Agenda é leitura obrigatória para os parlamentares que quiserem pautar seus votos no direito legítimo de trabalhadores e empregadores. “É um guia útil que demonstra o pensamento daqueles que têm conhecimento de causa e consciência do interesse da maioria da sociedade brasileira”, disse. “Precisamos fortalecer a Justiça do Trabalho que é aquela que faz justiça social em nosso país”, completou deputado Dr. Grilo (PSL-MG), também da Comissão de Constituição e Justiça.

“Sem estrutura, previdência e remuneração digna não tem como o juiz desempenhar bem o seu papel”, opinou o deputado Antonio Britto (PTB-BA), da Comissão de Segurança Social e Família, ao abordar temas da publicação.

## EM DEFESA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Jorge Hélio Chaves defendeu em seu discurso o direito individual à associação, do qual os juízes são protagonistas. “O CNJ existe para garantir a autonomia do Poder Judiciário e para regrá-lo dentro do que a Constituição Federal permite”, destacou. O conselheiro também falou da importância da Agenda e do trabalho da Anamatra. “A Justiça do Trabalho é a república da coisa privada e a Anamatra zela e vela e precisa ser respeitada por isso”, finalizou. 



## ANAMATRA PARTICIPA DE SESSÃO SOLENE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM HOMENAGEM AOS 70 ANOS DA CLT




Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou na manhã do dia 15 de maio de sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O vice-presidente e presidente eleito da entidade, Paulo Schmidt, assim como o atual secretário-geral e diretor de Assuntos Legislativos eleito, Fabrício Nogueira, também prestigiaram o evento.

A cerimônia contou com a participação do vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Barros Levenhagen, que representou o presidente, Carlos Alberto de Reis Paula. Além disso, outros ministros da Corte também compareceram, a exemplo dos magistrados Maria Cristina Peduzzi, Kátia Magalhães Arruda,

Lelio Bentes, Maurício Godinho Delgado, Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre Agra Belmonte. O indicado a ministro do TST, Cláudio Brandão, que está em processo de sabatina, além do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça José Lúcio Munhoz, também compareceram.

Participaram da solenidade diversos parlamentares, como o presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp), deputado Roberto Santiago (PSD-SP), Valtenir Pereira (PSB-MT), Sandro Mabel (PMDB-GO), Assis Melo (PCdoB-RS) e André Figueiredo (PDT-CE). Além disso, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, e diversos juizes do Trabalho do País estiveram presentes. 

## ANAMATRA DISCUTE REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foto: Arquivo Anamatra



**“A regulamentação vindoura não pode ocorrer como forma de enfraquecimento das conquistas constitucionais alcançadas pelos trabalhadores domésticos”**


Anamatra

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, e o secretário-geral da entidade, Fabrício Nogueira, estiveram na tarde do dia 23 de abril com o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Os parlamentares são, respectivamente, relator e presidente da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição ainda carentes de normatização.

Durante o encontro, os magistrados entregaram aos parlamentares documento com sugestões em torno das iniciativas de regulamentação da Emenda Constitucional nº 72/2013, que trata dos direitos dos trabalhadores domésticos. Entre as preocupações da Anamatra estão questões relativas a obrigações tributárias e previdenciárias, proibição expressa do trabalho infantil, jornada de trabalho, entre outras.

“A regulamentação vindoura não pode ocorrer como forma de enfraquecimento das conquistas constitucionais alcançadas pelos trabalhadores domésticos”, ressalta a Anamatra no documento. A entidade explica que, em que pese o trabalho doméstico ter natureza especial, é necessário reafirmar os princípios do art. 7º da Constituição Federal do modo como foram apresentados na Emenda.

“A regulamentação não pode ser inferior a tudo quanto consta da própria Constituição e do ordenamento jurídico pátrio, especialmente no que se refere à proteção ao trabalho”, completa a associação.

A Anamatra integra a Comissão instalada no dia 2 de abril a convite do senador Romero Jucá. Também participaram da reunião dirigentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). 

## Legislativo

# MAGISTRADOS DISCUTEM AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO COM PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL




Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e dirigentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) reuniram-se na manhã do dia 23 de abril com o presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). No encontro, os magistrados discutiram com o parlamentar a necessidade da promulgação da Emenda Constitucional que cria mais quatro Tribunais Federais no Brasil.

"A Anamatra acompanha a matéria por entender que, ao fim, trata-se da ampliação da estrutura do Poder Judiciário em si", explica o presidente da Anamatra. Para Sant'Anna, a promulgação trata-se de medida que vai ao encontro da previsão constitucional do acesso à justiça. "O Poder Judiciário precisa de estrutura para de-

sempear bem o seu papel e atender ao cidadão que busca a justiça", destaca.

Sobre a não existência de prazo regimental para promulgação de Emendas, Sant'Anna explica que o importante é a abertura ao diálogo, como vem fazendo o senador com os diversos interessados na matéria. "É necessário ouvir as partes e não tomar medidas unilaterais", ressalta.

Além do presidente da Anamatra, compareceram à audiência o presidente da Ajufe, Nino Toldo, o vice-presidente da entidade, Ivanir Ireno Júnior, o advogado-geral do Senado Federal, Alberto Cascais, e Luiz Fernando Mello, chefe de gabinete do senador Renan Calheiros. 


## ANAMATRA MANIFESTA-SE CONTRA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EM RELAÇÕES TRABALHISTAS



Foto: Arquivo Anamatra

O juiz do Trabalho Luiz Antonio Colussi, membro da Comissão Legislativa da Anamatra, representou a entidade na tarde do dia 24 de abril em audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para discutir Projeto de Lei 4891/05, do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que regula o exercício das profissões de árbitro e mediador e dá outras providências. Em sua intervenção, Colussi afirmou que a Anamatra tem posição histórica, firme de que as questões relacionadas aos conflitos individuais de

trabalho não podem e não devem ser submetidas à mediação e à arbitragem. "Entendemos que a competência para a solução dos conflitos trabalhistas é da Justiça do Trabalho, do Estado, do juiz do Trabalho, que tem a preparação devida para solucionar a matéria", disse.

O magistrado explicou que a Anamatra entende que os direitos trabalhistas tem natureza alimentar e, portanto, indisponíveis, não se prestando ao arbítrio de um terceiro a solução de conflito que decorre de inadimplemento de obrigação decorrente de uma relação trabalhista. 

**"Entendemos que a competência para a solução dos conflitos trabalhistas é da Justiça do Trabalho, do Estado, do juiz do Trabalho, que tem a preparação devida para solucionar a matéria"**

**Luiz Antonio Colussi**  
juiz do Trabalho



## ANAMATRA DEFENDE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA AUTORIZAR O TRABALHO ARTÍSTICO PARA MENORES



Foto: Arquivo Anamatra

**“É uma atividade em que devemos defender a proteção integral da criança e do adolescente e o próprio direito que elas possuem de se expressar artisticamente e na sociedade”**

**Gabriel Napoleão Velloso Filho**  
Desembargador do Trabalho  
da 8ª Região

O desembargador do Trabalho da 8ª Região (PA e AP), Gabriel Napoleão Velloso Filho, representou a Anamatra no dia 23 de abril em audiência pública, realizada na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, para discutir a proposta que regulamenta o trabalho artístico para menores de 18 anos (PL 3974/12). O texto, de autoria do deputado Manoel Junior (PMDB-PB), atribui à Justiça do Trabalho a competência de autorizar essa atividade. Atualmente, a autorização é dada pelo Juiz da Infância e do Adolescente.

Em sua intervenção, o magistrado afirmou que a aprovação da proposta é importante para que a mesma se adeque à Constituição Federal, que prevê, desde a Emenda Constitucional nº 45, que a Justiça do Trabalho tem competência para julgar as relações de trabalho, não apenas de emprego. “Logo, em se tratando de trabalho infantil, quem está maior aparelhado é a Justiça do Trabalho, que pode dizer se o menor está empregado, se há contrato, se é uma mera participação e se o emprego está protegido”, explicou.


Velloso Filho alertou para o fato de essa convicção, compartilhada por outros operadores do direito social, não ser reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). “O STJ insiste em dizer que, no caso das autorizações, trata-se de um ato jurisdicional voluntário, um mero alvará, não existindo um dissídio, uma ação”. Para o desembargador, o entendimento está em completo descompasso com a Emenda Constitucional nº 45 e a própria lógica. “É contraditório o magistrado trabalhista resolver as consequências de um contrato de trabalho autorizado por outra instância judiciária, no caso, o juizado da infância e da juventude. Por isso a necessidade de termos uma lei”, defendeu.

O magistrado também explicou que a questão do trabalho artístico infantil é simbólica para a sociedade brasileira. “Defendemos que o princípio do consumo, do capital, do lucro não pode imperar nessa atividade. É uma atividade em que devemos defender a proteção integral da criança e do adolescente e o próprio direito que elas possuem de se expressar artisticamente e na sociedade”, disse.

# ASSOCIAÇÕES MANIFESTAM PREOCUPAÇÃO COM APROVAÇÃO DE PEC QUE SUBMETE AO CONGRESSO NACIONAL DECISÕES DO STF

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em conjunto com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), divulgou nota pública no dia 25 de abril manifestando a preocupação da magistratura com a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2011.

A proposta prevê que o Congresso Nacional referende as súmulas vinculantes, decisões de ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e de ações declaratórias de constitucionalidade (ADC) emitidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC dificulta, ainda, que os tribunais façam o controle de constitucionalidade das leis.

“A proposta é claramente inconstitucional, pois prevê a sobreposição de um Poder a outro, ferindo a harmonia e a independência entre os Poderes da República, cláusula pétrea da Constituição Federal. Trata-se de uma clara afronta ao Estado Democrático de Direito”, alerta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. O magistrado explica que, de acordo com o parágrafo 4º, art. 60 da Constituição, mesmo que haja vontade parlamentar, não é possível alterar uma cláusula pétrea, assim como ocorre com os dispositivos que preveem a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, e os direitos e garantias individuais. 

## NOTA PÚBLICA

### Nota Pública das Associações Nacionais de Magistrados sobre a PEC 33/2011

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidades de classe de âmbito nacional da magistratura, considerando a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, da PEC 33/2011, vêm a público expressar preocupação quanto ao encaminhamento de propostas que tenham o intuito de enfraquecer o Poder Judiciário, resultando no fundo em impunidade e negação de justiça, o que fazem nos seguintes termos:

1) A Constituição de 1988 inaugurou um novo momento no país, fundado na cultura democrática e no respeito às instituições constituídas, no qual a independência e a harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário constituem cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração (art. 60, § 4º, III, CF).

2) A Constituição Federal, à qual todos estão submetidos, confere ao Poder Judiciário o monopólio da jurisdição e impede qualquer tentativa de restringir ou amesquinhar seu exercício (art. 5º, XXXV). Suas decisões, quando não há mais recursos pendentes, tornam-se imodificáveis (art. 5º, XXXVI), garantia essa que expressa direito fundamental do cidadão e uma preocupação do constituinte com a estabilidade das instituições.

3) A aprovação da PEC 33/2011, ao condicionar a produção de efeitos de decisões do Poder Judiciário no âmbito do controle de constitucionalidade a um juízo do Poder Legislativo, de natureza eminentemente política, bem como ao dificultar a prolação dessas decisões, por intermédio da elevação de quóruns, significará um retrocesso institucional extremamente perigoso, o que não é bom para o Brasil.

4) Os magistrados brasileiros esperam que a PEC 33/2011 e todas as demais propostas que enfraquecem os poderes constituídos sejam rejeitadas e definitivamente arquivadas, ante os riscos para a democracia, para o respeito aos direitos fundamentais e para o aperfeiçoamento das instituições.

Brasília, 25 de abril de 2013.

**NELSON CALANDRA**  
Presidente da AMB

**NINO OLIVEIRA TOLDO**  
Presidente da Ajufe

**RENATO HENRY SANT’ANNA**  
Presidente da Anamatra

# PEC DO TRABALHO ESCRAVO TEM PARECER PELA SUA APROVAÇÃO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO SENADO FEDERAL




Foto: Marcelo Casal Jr / ABR

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57-A/1999, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, tem parecer pela sua aprovação de seu relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). Após a votação na CCJ, a PEC segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado. A proposta permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo, destinando-os à reforma agrária e a programas de habitação popular.

Em seu relatório, Aloysio Nunes ressalta a aprovação da PEC deverá influenciar positivamente no enfraquecimento da impunidade que, juntamente com a ganância e a pobreza, alimentam a prática do trabalho escravo no Brasil. “Ao permitir o confisco do imóvel em que houver trabalho escravo, o país dará um sinal inequívoco de que está empenhado em inibir a prática desse tipo de crime que fere, não só as leis trabalhistas, mas, antes de tudo, os direitos humanos”, afirma.

Para o presidente da Anamatra, a adoção de políticas contrárias à exploração do trabalho humano, o que inclui a perda da propriedade utilizada indevidamente, devem ser pontos prioritários de um governo que se considere progressista e democrático. “A proposta é compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho”, completa o magistrado, ressaltando que a proposta vai ao encontro dos princípios constitucionais e das normas internacionais do trabalho.

## LUTA HISTÓRICA

A erradicação do trabalho escravo é uma das bandeiras da Anamatra, que acompanha a tramitação da PEC, desde que foi apresentada ao Senado em 1999. Vale ressaltar que, na Câmara, a PEC foi apensada a um projeto de 1995 de autoria do deputado Paulo Rocha (PT-PA), o que coloca o tema em discussão no Parlamento há 18 anos. A Anamatra também integra a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Conatrae. 

**“A proposta é compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho”**

**Renato Sant’Anna,**  
presidente da Anamatra

## Judiciário

# ANAMATRA ENVIA AO STF SUGESTÕES PARA O 3º PACTO REPUBLICANO



Foto: Genésio Baptista/SCO/STF

A Anamatra enviou ao ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), sugestões ao texto do 3º Pacto por um Sistema de Justiça mais Célere, Transparente e Democrático. Previsto para ser lançado este ano, o Pacto consiste em um pacote de ações que visa a dar mais celeridade, acesso e efetividade à Justiça. A entidade recebeu a minuta do texto do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fábio Cesar de Oliveira, em reunião realizada com a presença de ou-


tras associações no dia 21 de março. A minuta ficou disponível no Espaço do Associado para o recebimento de sugestões, que puderam ser enviadas até o dia 5 de abril. Entre os pontos levantados pela Anamatra no documento enviado ao STF estão o combate à corrupção penal e à improbidade administrativa, a efetivação do direito à razoável duração do processo e a democratização do acesso à justiça e fortalecimento das instituições do sistema de justiça. 



Foto: Arquivo TST


## PRESIDENTE DA REPÚBLICA INDICA DESEMBARGADOR BAIANO PARA VAGA DE MINISTRO DO TST

O desembargador baiano Cláudio Mascarenhas Brandão foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ser ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) na vaga reservada a juizes de carreira da magistratura, decorrente da aposentadoria do ministro Horácio Raimundo de Senna Pires. A indicação será apreciada pelo Senado Federal.

“É uma grande honra ter sido indicado. Recebo esse novo desafio com muita humildade e responsabilidade. Sem dúvida procurarei honrar a trajetória exitosa dos meus antecessores baianos no TST”, declarou Cláudio Brandão.

Ex-presidente da Amatra 5 por duas gestões, a indicação do desembargador foi festejada por seus pares. De acordo com a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região, “É um momento de grande alegria para todos nós. Ele mereceu a indicação e a Bahia merece ter um representante no TST”, declarou


a juíza Ana Claudia Scavuzzi.

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, o magistrado reúne características profissionais importantes para o cargo, a exemplo de seu engajamento com as causas sociais, a participação no processo eletrônico e no movimento associativo. “Não tenho dúvidas de que a magistratura de carreira terá um grande representante no TST. A trajetória do nobre colega demonstra o caminho que irá percorrer no Tribunal”, declarou. Natural de Rui Barbosa, o desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão, concorreu com outros dois desembargadores paulistas: Jane Granzoto Torres da Silva, da 2ª Região (SP) e Lorival Ferreira dos Santos, da 15ª Região (Campinas). O TST realizou a escolha por meio de voto secreto e a partir de uma lista com 17 representantes de Tribunais Regionais do Trabalho. 

\*Com informações Ascom/Amatra 5 (BA)

## RENATO SANT'ANNA PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE A CONVENÇÃO 151 DA OIT

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 9 de maio de seminário para discutir a Convenção 151 da OIT. O evento foi promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O magistrado integrou o painel "Práticas antissindiais e a realidade brasileira".

Ratificada pelo Brasil em junho de 2010, a Convenção 151 estabelece diretrizes para a organização sindical dos servidores públicos nas esferas federal, estadual e municipal e a atuação deles no processo de negociação coletiva. A Anamatra foi uma das entidades que apoiou a ratificação da norma aprovada pela OIT em 1978, por meio de ofício ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula de Silva, em 2008. 

## PRESIDENTE DA ANAMATRA PRESTIGIA LANÇAMENTO DO ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2013




Foto: Arquivo Conjur

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, prestigiu no dia 17 de abril o lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2013, publicação da revista eletrônica Consultor Jurídico. O evento aconteceu na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a presença de 300 convidados. Além de ministros do TSE, compareceram também ministros do Supremo e dos demais tribunais superiores, bem como representantes da advocacia, integrantes do Ministério Público, Legislativo e Executivo.

"O Anuário é uma oportunidade de dar transparência aos ministros dos tribunais superiores, saber como os ministros são conhecidos, como se posicionam. Acho que isso faz parte também do papel da imprensa. E o

Judiciário tem que estar aberto a isso", declarou Sant'Anna. Para o magistrado, a explosão de direitos é um fenômeno que vem se propagando desde a Constituição de 1988. "A tendência é essa. A Justiça do Trabalho sempre teve uma facilidade de acesso muito grande e essa é a tendência para todas", completou.

A sétima edição do Anuário coincide com o aniversário de 25 anos da Constituição Federal e faz uma análise do Judiciário de 2012. O conteúdo da publicação trata dos frutos gerados pela nova ordem jurídica inaugurada com a Constituição de 1988. Por um lado, houve expansão da cidadania e reivindicação de direitos e, por outro, grande aumento nas demandas que chegam à Justiça.

O Anuário de 2013 mostra o salto na quantidade de processos durante o período. Em 1988, 350 mil novas ações deram entrada no Judiciário e, em 2012, o número de novos casos subiu para 26 milhões. A publicação faz ainda uma análise do julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, e mostra como o caso influenciou a jurisprudência em matéria de Direito Penal. A publicação desenha o mapa completo da alta cúpula da Justiça brasileira. Além dos perfis de todos os ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores da Justiça, do Trabalho, Eleitoral e Militar, lista também as principais decisões tomadas em cada corte ao longo de 2012. 

*\*Com informações do Consultor Jurídico*

## Direito do Trabalho

Foto: Arquivo Anamatra

# CLT COMPLETA 70 ANOS EM 1º DE MAIO




No dia 1º de maio, data em que no Brasil e no mundo comemora-se o Dia do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, completou 70 anos de existência. Criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, dia 1º de maio de 1943, a lei foi instituída no governo do então presidente Getúlio Vargas, fruto da luta do movimento operário por condições mais dignas de trabalho.

“O aniversário de nossa CLT precisa sim ser comemorado, pois estamos falando de um marco regulatório, que contribui não apenas para que os empregados tenham seus direitos respeitados, mas também para que as empresas possam competir de igual para igual”, ressalta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. O magistrado lembra que o Brasil não precisa e nem deve crescer explorando o trabalho precário, degradante e muitas vezes em condições análogas à escravidão, como ocorre em países como a China, por exemplo. “Vemos o nosso país ser invadido por esses produtos, mas nem perguntamos em que condições foram produzidos antes de chegar às nossas casas”, completa.

Sant’Anna também alerta para as tentativas de reforma trabalhista que cercam a CLT, sob discursos de “atualização”, “reconsolidação” e “modernização”. “Qualquer melhoria deve ter como pilar a nossa Constituição Federal, que em seu artigo 7º deixa claro que podem ser acrescidos outros direitos que visem à melhoria da condição social dos trabalhadores”, disse.

Segundo o magistrado, a CLT, com seus 70 anos, é boa e atual e mesmos aspectos que parecem estar desatualizados vêm merecendo uma releitura por parte da Justiça do Trabalho.

Entre as preocupações do presidente da Anamatra está a terceirização, cujo projeto de regulamentação avança no Congresso Nacional. “A análise, em curso em nosso Parlamento, é feita apenas sob a perspectiva da eficiência empresarial, da economia e não levando em conta a espinha dorsal de nossa legislação, que é o ser humano e seus direitos. É o trabalhador sendo tratado como mercadoria e a atividade sindical sendo enfraquecida, para citar apenas dois aspectos da proposta”, alerta.

“Os juízes do Trabalho celebram e comemoram sim os 70 anos da CLT, mas em constante vigília. Jamais nos furtaremos de defender aquilo que o trabalhador brasileiro conquistou com muito suor e luta: a CLT e, por que não dizer, a sua própria dignidade. A bandeira da defesa dos direitos trabalhistas jamais deixará de ser empunhada pelos magistrados do Trabalho, bem como a permanência desses valores como fundamentais e centrais de nosso Estado Democrático de Direito”, finaliza Sant’Anna. 

**“Os juízes do Trabalho celebram e comemoram sim os 70 anos da CLT, mas em constante vigília”**

---

**Renato Sant’Anna,  
presidente da Anamatra**

## DIRETORA DA ANAMATRA FALA SOBRE TRABALHO INFANTIL




Foto: Ascom/TRT 2

**“Gostaria de destacar a importância do envolvimento do Poder Judiciário na luta pela erradicação do trabalho infantil”**

Sandra Bertelli,  
diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra e juíza do Trabalho na 2ª Região (SP)

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra e juíza do Trabalho na 2ª Região (SP), Sandra Bertelli, participou no dia 22 de abril, como presidente de mesa, do ciclo de palestras promovido pela Escola Judicial do TRT da 2ª Região (Ejud-2). O evento integrou das atividades alusivas aos 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Em sua intervenção, a magistrada ressaltou a necessidade da participação da Justiça na discussão do tema trabalho infantil. “Gostaria de destacar a importância do envolvimento do Poder Judiciário na luta pela erradicação do trabalho infantil,” disse. O juiz Marcos Fava, da 89ª Vara do Trabalho de São Paulo, foi um dos palestrantes sobre o tema “Trabalho Infantil e Justiça do Trabalho”. Em sua intervenção, o magistrado comentou sobre a legislação laboral para crianças e apresentou dados mostrando um pouco da dimensão do problema no Brasil. Já a professora Sandra Regina Cavalcante (USP-SP) falou sobre as regras e características do trabalho artístico infantil. 

*\*Com informações Ascom/TRT 2 (SP)*

# TJC PROMOVE SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO

Fotos: Arquivos Amatras



Os meses de abril e maio foram marcados pela realização de diversos eventos de capacitação de professores para aplicação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). Em Fortaleza (CE), um grupo de 30 professores de escolas públicas de ensino profissionalizante participou do 3º Seminário de Capacitação de Multiplicadores realizado pela Amatra 7 (CE). Na cidade Vila Velha, a Amatra 17 (ES) promoveu curso de capacitação de 33 multiplicadores na Unidade Municipal de Ensino Fundamental. A Amatra 21(RN) também realizou curso para aplicação do programa em nove escolas estaduais. 